



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

SENTENÇA

Processo nº: **0003346-17.2017.8.26.0566 - Controle nº 2016/002977**
 Classe - Assunto: **Cumprimento Provisório de Sentença - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **RICARDO ENZO VIGÁRIO**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

Vistos.

Trata-se de pedido de cumprimento provisório de sentença que reconheceu a exigibilidade de obrigação de fazer em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO e da FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, objetivando o cumprimento da tutela de urgência já deferida.

Os requeridos foram intimados para o cumprimento da obrigação no prazo de 72 horas.

A Fazenda Pública do Município de São Carlos ofertou impugnação, sendo que foi rejeitada.

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo não apresentou impugnação ao presente pedido de cumprimento de sentença.

Por r. sentença foi julgada parcialmente extinta a presente execução por satisfação da obrigação apenas referente aos medicamentos/insumos Retemic Suspensão 120ml, fraldas descartáveis, Xilocaína gel e Sonda de alívio.

Foi determinado o sequestro de verbas públicas.

Sobreveio informação da disponibilização do tratamento pelo Município de São Carlos, sendo que os valores sequestrados foram depositados em juízo e levantados pelos requeridos (fls. 172/173 e 200/2001).

É o relatório.

Decido.

Considerando a informação dada pelo executado Município de São Carlos quanto à disponibilização do tratamento Pediasuit e tendo em vista que o autor confirmou tal informação, declaro satisfeita a obrigação e julgo extinto o presente cumprimento de sentença o que faço com fundamento no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

0003346-17.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Deixo de proceder a condenação da Fazenda do Estado de São Paulo em honorários advocatícios, ante o teor da Súmula 421 do Superior Tribunal de Justiça.

Não há condenação em custas processuais, ante o disposto no artigo 6º da Lei 11.608/2003.

Diante da regularização do fornecimento dos medicamentos antes da presente decisão, deixo de condenar o município ao pagamento de honorários advocatícios.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

P.I.

São Carlos, 09 de abril de 2018.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**